

ano 11  
nº 44  
2013

ISSN: 1806-003X

# cadernos IHU

**Pensamento descolonial e  
práticas acadêmicas dissidentes**

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



JESUITAS

UNISINOS  
Somos infinitas possibilidades

# Ciência rebelde e desobediência epistêmica: um breve “encontro” com Orlando Fals Borda

*Alex Martins Moraes*<sup>13</sup>

*São outras formas, mais humanas, de ser, pensar, criar  
e produzir que os capitalistas não foram capazes de apreciar,  
mas que continuam vivas apesar de todas a hecatombes  
sofridas desde 1492.*  
Orlando Fals Borda

## Parte I

### 1 Interpelando Fals Borda

Estaríamos interpelando Orlando Fals Borda a partir da perspectiva descolonial ou, alternativamente, deixando que Fals ecoe sua perspectiva crítica através das preocupações e das categorias nutridas pelo coletivo de argumentação modernidade/colonialidade? Fals Borda foi, no final das contas, contemporâneo de muitos dos principais sistematizadores do argumento descolonial e evocou diretamente alguns deles (por exemplo, Aníbal Quijano e Arturo Escobar) em momentos distintos da longa trajetória política e intelectual que trilhou. Sua obra, portanto, não pode ser situada como exterioridade absoluta frente à inflexão descolonial. É certo, no entanto, que algumas derivações do debate sobre modernidade/colonialidade acabaram por afastá-lo dos interesses investigativos e das inquietações políticas formuladas por Fals. Entre as razões para isto, poderíamos mencionar uma

---

<sup>13</sup> Antropólogo. Integrante do Grupo e da Rede de Antropologia Crítica (GEAC-RAC). Doutorando em Antropologia Social no Instituto de Altos Estudios Sociales, Buenos Aires.

estranha atrofia da reflexão sobre classe social na obra dos autores mais visíveis da inflexão descolonial e certo ranço político nutrido por alguns deles em relação ao marxismo e suas manifestações políticas e partidárias. Não será possível discutir detalhadamente os aspectos problemáticos das simplificações, omissões e apagamentos daí decorrentes. Por ora, basta dizer que a incipiente interlocução com Fals Borda aqui esboçada é um convite para evitar sectarismos e oposições binárias (aliás, tão caras à modernidade) entre os que, a partir de diferentes perspectivas, lutam contra a opressão.

A leitura atenta e generosa das outras manifestações do pensamento crítico contemporâneo é uma garantia para o enriquecimento e a complexificação do arsenal de intervenção epistêmica e política à disposição do giro descolonial. Movido por esta convicção procuro evidenciar, num primeiro momento do texto, como Orlando Fals Borda propõe transcender as práticas intelectuais e acadêmicas hegemônicas para, no momento seguinte, indagar pelas eventuais convergências entre sua postura teórico-prática e a crítica descolonial aos aparelhos disciplinares de captura e docilização do conhecimento inerentes à universidade moderna. Na segunda e derradeira parte deste “encontro” com Fals Borda entrego a palavra diretamente ao meu interlocutor, através de uma tradução inédita ao português do sucinto estudo intitulado “Romper o monopólio do conhecimento: situação atual e perspectivas da Pesquisa-Ação Participativa no mundo”. Escrito em parceria com Mohammed Anisur Rahman no ano de 1988, o texto foi novamente publicado em abril de 2013 na cidade de Buenos Aires, no marco de uma coletânea dedicada homenagear um dos mais irreverentes, criativos e transgressores cientistas sociais latino-americanos.

## 2 Ciência rebelde

Antes de dar início ao diálogo com Fals, um breve parêntese para apresentá-lo ao/à leitor/a menos familiarizado/a com sua obra. Meu “interlocutor” nestas linhas breves nasceu em Barranquilla, Colômbia, em 1925, vindo a falecer no ano de 2008, em Bogotá. Obteve Ph.D. em sociologia na Universidade da Flórida em 1955 e quatro anos depois fundou, ao lado de Camilo Torres Restrepo (que anos mais tarde abandonaria a academia para levar adiante a transformação social pela via da luta armada), a primeira faculdade de sociologia da América Latina, na Universidade Nacional da Colômbia (Bogotá). No Brasil, Fals é provavelmente mais conhecido por ter sido criador e um dos grandes promotores da Pesquisa Ação Participativa (IAP, na sigla em castelhano), método de investigação largamente aplicado não apenas na Colômbia, mas também em outras regiões do Sul do mundo e inclusive da Europa. Este pode ser, portanto, o ponto de partida para o nosso diálogo com Fals. Que concepção de ciência estava implícita, ou melhor, explícita no método que propunha?

“Uma ciência rebelde e subversiva”, responderia Fals. Rebelde porque se opõe abertamente ao colonialismo intelectual fixado pelas regras do jogo científico internacional. Regras caracterizadas pela imitação sistemática, pela importação de paradigmas e pelos ditames de cientificidade e publicabilidade promovidos nos meios de divulgação científica dominantes. Subversiva porque busca ativamente a mobilização de estratégias para modificar a ideologia que permeia o ensino das ciências sociais, tanto no norte como no sul global. O Fals Borda dos anos 70 propunha que a “dissidência” acadêmica teria por sujeito prioritário a denominada “anti-elite” intelectual, uma fração da intelectualidade politicamente inclinada a produzir conhecimento para outros beneficiários que não exclusivamente os Estados-nacionais dependentes, as agências financiadoras e os setores empresariais sedentos de “inovações”. Para o sociólogo colombiano, essa mesma “anti-elite ilustrada” se incluiria entre os protagonistas da revolução social, com a incumbência de orquestrar esforços e saberes emancipatórios.

Fals propõe à “anti-elite ilustrada” um desafio que lhe parece crucial para a descolonização das ciências: a busca pela endogênese, ou seja, pela recuperação e promoção, através de abordagens originais, dos enfoques e das prioridades existenciais desenvolvidos pelas populações locais, do trópico e do subtropical. A ferramenta para responder a semelhante desafio é a Pesquisa Ação Participativa (de agora em diante, IAP de acordo com a sigla em castelhano), cuja regra geral consiste em assentar-se na realidade concreta, vinculando o pensamento com a ação. Motivado por tal premissa, Fals revisa o repertório de técnicas investigativas mais frequentes nos estudos qualitativos em ciências sociais, procurando avaliar sua compatibilidade com a IAP. Para ele, por exemplo, a observação participante não responderia senão em baixíssimo grau à regra do novo método. Isto porque, no máximo, ela dá acesso a uma descrição fiel e piedosa das comunidades (Fals, 2013), mas não supõe envolvimento profundo para além da simpatia.

Fals encontra, na observação-inserção, o caminho mais pertinente para desenvolver as potencialidades da IAP. A observação-inserção implica o envolvimento do pesquisador com seus colaboradores no marco das dinâmicas estudadas, a partir de uma tomada explícita de posição em favor de certas alternativas políticas. Neste caso, o aprendizado não se dá apenas mediante observação, mas também através do próprio trabalho executado junto às pessoas com as quais o investigador identifica-se.

A IAP representa uma forma de pesquisa militante na qual as problemáticas e os objetivos são determinados pelos valores e metas dos grupos que aspiram a transformar a sociedade. O conhecimento, portanto, é gerado e retornado em condições controladas pelo próprio grupo. Dessa forma, as hipóteses de pesquisa são confirmadas ou rechaçadas a partir do contato imediato com a realidade viva – e, agregaria eu, vivida –, de acordo com os julgamentos dos sujeitos que participaram do estudo.

Em meados da década de 1970, Fals revisou as experiências de investigação militante desenvolvidas em seu país e concluiu que os pesquisadores motivados por essa forma de abordagem vinham alcançando a inserção em campo e a harmonização dialógica de perspectivas através de quatro posturas recorrentes: 1) estudo da estrutura de classes de uma região e compreensão de como a tradição e os fatores etnoculturais e demográficos incidiam nas experiências de classe localmente constituídas; 2) geração de conhecimento motivada pelos assuntos e enfoques que preocupavam de maneira prioritária os sujeitos que colaboravam com as pesquisas; 3) recuperação crítica; em outras palavras, a busca das raízes históricas das contradições que dinamizam os conflitos de uma dada região, assim como a recuperação dos repertórios de ação política e de resistência mobilizados outrora; 4) práticas de devolução sistemática baseadas no retorno dos resultados da pesquisa aos sujeitos com os quais o investigador identificou-se. Neste último ponto, Fals constata que o trabalho originado no marco da IAP não responde, em primeira instância, aos imperativos de publicação, “ainda que o conhecimento adquirido seja válido para esses fins rotineiros da sociedade burguesa” (Fals, 2013, p. 208).

A ideia-ação de Orlando Fals Borda não é imediatista e tampouco se esgota nos estreitos horizontes do nativismo e das políticas comunitárias. Ela se lança em um devir utópico abarcador, “universalista”: a construção do “socialismo raizal”. A IAP e a subversão acadêmica foram desenvolvidas em harmonia com seu “Plano V”, “v” de volta ao campo e à vida. Campo possui, aqui, um sentido ambíguo. Parece remeter tanto ao contexto rural – no qual Fals identificava a presença intersticial de modelos alternativos de apropriação, uso e interação com a terra – quanto ao trabalho de campo revitalizado, inspirado e ancorado na experiência vivida das pessoas. Para nosso interlocutor, o socialismo raizal deveria consistir na possibilidade de autoemancipação dos sujeitos e de autogestão das comunidades, numa perspectiva de nação-em-rede. Raizal remete, portanto, às raízes histórico-naturais e de ambiente daqueles que Fals Borda definiu como povos de base: os indígenas, negros dos palenques colombianos, camponeses-artesãos empobrecidos e anti-senhoriais, colonos e patriarcas do interior agrícola. Deles emanariam os elementos básicos de um socialismo redefinido ao longo das experiências de luta e no marco dos processos imaginativos daquelas populações que precisaram enfrentar e resistir ao capitalismo em todo o mundo moderno-colonial. Um socialismo conformado pelo desejo de dignidade, autonomia, liberdade e pela prática cotidiana da solidariedade.

### **3 Desobediência epistêmica**

Durante sua carreira profissional, Fals Borda teve que se dirigir a audiências heterogêneas ao redor do mundo, procurando, sempre, fazê-las pensar com ele sem violentar

suas específicas sensibilidades. Por esta razão, a tônica das explicações que fazia costumava ser cambiante. Às vezes, justificava seus postulados através dos cânones da sociologia, instilando-lhes, cuidadosamente, elementos conceituais e propostas teóricas desestabilizadoras. Em outras ocasiões, mais precisamente nos seus livros, onde podia desenvolver mais longamente o trabalho persuasivo, deixava antever com clareza o caráter original e indócil do pensamento que esgrimia. Subsistem, apesar de tudo, tensões importantes no seu *corpus* teórico. Através de alguns instrumentos analítico-críticos desenvolvidos no marco da coletividade de argumentação modernidade/colonialidade, podemos evidenciar tais tensões e, num momento seguinte, oferecer ponderações pertinentes e criativas.

Por vezes, Fals parece muito comprometido com a promoção e divulgação da sociologia, ora apresentando-a como um espaço etéreo onde se cruzam perspectivas e se acumulam conhecimentos, ora sublinhando suas lógicas institucionais e seus efeitos propriamente “disciplinares”, que obliteram ou desautorizam formas alternas de pensar e construir mundos. A primeira visão, entretanto, é a que parece impor-se, produzindo implicações epistemológicas problemáticas. Como, na maioria das vezes, a sociologia adquire para Fals os ares de um “espaço” a ser defendido, dignificado e aperfeiçoado – justamente porque constitui o lugar privilegiado para a crítica social –, nosso autor termina incorrendo na reiteração de um regime específico de divisão do trabalho intelectual que poderia ser definido da seguinte maneira: se bem os sujeitos com quem o pesquisador está identificado oferecem as ênfases e a temática do trabalho investigativo, compete ao segundo desenvolver as sistematizações para, ato seguido, devolvê-las aos “demandantes do conhecimento” que, finalmente, o aplicarão e verificarão sua validade. Isto pode soar como se os colaboradores da investigação fossem, na maior parte do tempo, produtores de problemáticas e objetivos de pesquisa e só eventualmente formuladores de soluções e análises.

Fals sustenta, em várias ocasiões, que a ciência deveria servir a determinados “grupos-chave” – precisamente aqueles situados no polo explorado das relações de produção e no polo espoliado dos conflitos agrários. O problema desta proposta é que nela a ciência continua sendo apresentada como zona autônoma e potencialmente liberadora, que “serve” aos “grupos-chave”. Caberia questionar, contudo, se “a” ciência constitui um lugar epistemológico privilegiado em detrimento de outros ou, mais radicalmente ainda, se ela existe como realidade para além da universidade corporativa, seu espaço mais tradicional de atualização e reprodução; espaço este definido por Wallerstein como “oficina de ideologias e templo da fé” (Wallerstein, 2005, p. 72 apud Restrepo, Rojas, 2010). É oficina de ideologias porque vai forjando tudo aquilo que deve operar como verdade, e ao mesmo tempo, é lugar de culto das ciências porque as promove como se gozassem de uma natureza excelsa, autônoma às aparelhagens autoritárias, elitistas e produtivistas que garantem

sua emergência como discurso e como prática. A noção de *corpo-política do conhecimento* oferece uma saída para este impasse.

A corpo-política do conhecimento opõe-se à ego-política do conhecimento, que tem sido a postura epistemológica predominante nas ciências positivistas, na filosofia e nas ciências sociais mais convencionais. A ego-política remete a um “eu” cartesiano desencarnado e deslocalizado, capaz de emitir enunciados universais sobre o mundo que observa. Dessa forma, o sujeito falante está sempre desvinculado da sua “localização epistêmica/étnica/racial/de gênero/sexual” (Grosfoguel, 2006, p. 21). Este tipo de enunciado empoderou a cientifização do conhecimento em detrimento de outras formas de conhecer e viver o mundo. No entanto, como sugere o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, todos os conhecimentos são situados. É impossível falar de lugar nenhum. Desejar fazê-lo não passa de pretensão ou *hybris* do ponto zero, o desejo do “olho de deus”, que observa a todos a partir de um ponto inobservável de observação.

Ao “penso logo existo”, a corpo-política do conhecimento opõe o “sou onde penso”. Conforme indica Walter D. Mignolo, “o critério básico é que o conhecedor está sempre implicado corpo e geopoliticamente no que é conhecido, ainda que a epistemologia moderna (a *hybris* do ponto zero) tenha conseguido encobrir ambas as dimensões e criar a figura do observador desapegado (...) que ao mesmo tempo controla as regras disciplinares e se situa numa posição privilegiada para avaliar e definir” (Mignolo, 2009, p.14). Um pouco mais adiante, Mignolo sinaliza qual é o lugar da corpo-política na realização da desobediência epistêmica, ou seja, da autoenunciação corporizada e localizada dos sujeitos subalternos: “A corpo-política é um componente fundamental do pensamento descolonial, do fazer descolonial e da opção descolonial ao revelar, primeiro, as táticas da epistemologia imperial para afirmar-se a si mesma na *humanitas* do primeiro mundo desenvolvido e, por outro lado, ao empreender a criação de saberes descoloniais que respondem às necessidades dos *anthropos* do mundo não desenvolvido ou em vias de desenvolvimento” (Idem, p. 26).

A realização de uma corpo-política depende, contudo, da mudança dos lugares e das formas de enunciação e produção do conhecimento. Implica refutar, então, o privilégio do logocentrismo, da universidade corporativa e das disciplinas acadêmicas hiper-reais (“a” sociologia, “a” antropologia), para apostar em “pensamentos/conhecimentos outros, entendidos não como um pensamento ou conhecimento mais, que poderia ser adicionado ao conhecimento “universal” (...), mas sim um pensamento/conhecimento plural a partir das diferenças coloniais, conectado pela experiência comum do colonialismo e marcado pelo horizonte colonial da modernidade” (Walsh, 2007, p. 110 in Rojas, Restrepo, 2010, p. 143). De acordo com Arturo Escobar (2009), além de mudar a forma e o conteúdo da conversa, precisamos mudar o lugar onde ela se desenvolve: “uma característica da onda

atual de crítica é ocupar-se não só de questões epistemológicas (as condições de conhecimento, como ainda era o caso do pós-estruturalismo), mas também ontológicas, ou seja, com perguntas básicas sobre a natureza do mundo, apontando na direção da construção de teorias baseadas em diferentes compromissos ontológicos” (Escobar, 2009, p. 257). Portanto, não mais universalidade, mas sim “pluriversalidade”, um novo espaço de sentido que resulta do diálogo entre particularidades descoloniais, ou seja, exterioridades relativas ao projeto da modernidade.

Fals Borda nos falava de “grupos-chave”, cuja experiência coletiva – desenvolvida tanto na realidade da produção material de tipo capitalista, como nos processos identitários emergentes desencadeados pelo enfrentamento, resistência e denúncia dos modos hegemônicos de apropriação dos corpos e dos territórios – resultava essencial à prática de uma ciência rebelde e subversiva. A partir da inflexão descolonial, podemos vislumbrar essas populações sistematicamente investidas pelo controle do trabalho, da autoridade, da “natureza” e da própria subjetividade como pessoas cujas esperanças, desejos e práticas sociais não cabem completamente nos cálculos do poder, originando espaços intersticiais de desobediência epistêmica. A noção de desobediência epistêmica permite radicalizar a proposta de Fals, porque nos exime do compromisso obrigatório com “a” ciência objetiva para empreendermos a busca de outras objetividades – outros mundos possíveis –, no marco de uma ecologia de saberes capaz de devir em desobediência civil.

## Parte II

### **Romper o monopólio do conhecimento. Situação atual e perspectivas da Pesquisa-Ação Participativa no mundo<sup>14</sup>**

#### **1 Pontos de partida**

Há quase vinte anos foram feitas, em vários países do Terceiro Mundo, as primeiras tentativas do que hoje se chama Pesquisa-Ação Participativa, IAP<sup>15</sup>. Nós, que nos primei-

---

14 Tradução realizada por Alex Martins Moraes do texto *Romper el monopolio del conocimiento. Situación actual y perspectivas de la Investigación-Acción Participativa em el mundo*, de autoria de Orlando Fals Borda e Mohammed Anisur Rahman, reeditado pelas editoras Lanzas y Letras, Colectivo e Extensión Libros na cidade de Buenos Aires em abril de 2013 sob regime de copy left.

15 IAP, a sigla em castelhano de “Pesquisa-Ação Participativa”, usa-se na América Latina. PAR, ou seja, Participatory Action Research”, adotou-se não só nos países de fala inglesa, mas também no norte e no centro da Europa; “Pesquisa Participante”, no Brasil; “Ricerca Partecipativa”, “Enquêtéparticipation”,

ros anos da década de 1970, tivemos o privilégio de fazer parte desta vivência<sup>16</sup> cultural, política e científica, procuramos agir ante a terrível situação de nossas sociedades, a excessiva especialização e vacuidade da vida acadêmica e as práticas sectárias e verticais de um grande setor da esquerda revolucionária. Pensamos que eram necessárias e urgentes certas transformações radicais na sociedade e no uso dos conhecimentos científicos, os quais, no geral, haviam permanecido na época newtoniana. Para começar, decidimos buscar soluções, dedicando-nos ao estudo ativo da situação das pessoas que haviam sido as vítimas principais dos sistemas dominantes e das chamadas “políticas de desenvolvimento”, ou seja, as comunidades pobres em áreas rurais.

Até o ano de 1977, aproximadamente, nosso trabalho inicial se caracterizou por uma tendência ativista e um tanto antiprofissional (alguns de nós abandonamos os cargos universitários que ocupávamos); daí a importância dada para as técnicas inovadoras de pesquisa de campo, tais como a “intervenção social” e a “pesquisa militante”, que contempla uma organização de partido político. Além do mais, aplicamos a “conscientização” de Paulo Freire e também o “compromisso” e a “inserção” no processo social. Encontramos inspiração no marxismo talmúdico que estava em voga naquela época. Nossa disposição de ânimo e nossas lealdades se opunham de forma resoluta às instituições estabelecidas (governo, partidos políticos tradicionais, igrejas, a universidade anquilosada), de tal modo que aqueles anos podem ser considerados como a fase iconoclástica dos nossos trabalhos. Não obstante, emergiram certas constantes que iriam nos acompanhar ao longo dos períodos subsequentes até os dias de hoje; entre elas está a ênfase em pontos de vista holísticos (integrados) e em métodos qualitativos de análise.

---

“Recherche-action”, “Partizipative Aktionsforschung”, em outras partes do mundo. Em nossa opinião não há, nessas denominações, diferenças significativas; não existem especialmente entre IAP e IP (Investigação Participativa). Mas é preferível, como em IAP, especificar o componente da ação, posto que nosso desejo é fazer compreender que “se trata de uma pesquisa-ação que é participativa e uma pesquisa participativa que se funde com a ação (para transformar a realidade)”. Daí também nossas diferenças com a velha linha de procedimentos de pesquisa-ação proposta por Kurt Lewin nos Estados Unidos com outros propósitos e valores, movimento que, segundo parece, chegou a um ponto morto intelectual (ver terceira seção deste texto). Também sinalizamos nossas divergências com a limitada “intervenção sociológica” de Alain Touraine e com a “antropologia da ação” de Sol Tax e outros, escolas que não passam de ira técnica do muito objetivo e distanciado observador participante.

16 Vivência é um neologismo introduzido pelo filósofo José Ortega y Gasset, ao adotar a palavra *Elrebnis* da literatura existencialista alemã, na primeira metade do século XX. Em inglês *rife-experience* é uma forma comum, mas aproximativa; na realidade, o conceito abarca um sentido mais amplo, pois segundo este, uma pessoa não chega a realização do seu ser nas atividades do seu interior, do seu eu, senão que a encontra na osmótica “condição de ser outro”, que é da natureza e em toda a extensão da sociedade, assim como no processo de aprender com o coração mais do que com o cérebro.

O ativismo e o dogmatismo desse primeiro período foram substituídos pela reflexão, sem que perdêssemos nosso impulso ao trabalho de campo. Esta busca pelo equilíbrio evidenciou-se de maneira notável no Simpósio Mundial sobre Pesquisa-Ação Participativa em Cartagena, Colômbia, em abril de 1977, com o patrocínio de Instituições Democráticas de Apoio Popular (IDAP)<sup>17</sup> colombianas e algumas ONGs nacionais e internacionais. Além de Marx, destacou-se, nesse encontro, da mesma forma que em posteriores ocasiões similares, a figura de Antonio Gramsci como importante guia técnico.

Entre outros elementos, tomamos de Gramsci sua categoria de intelectual orgânico, através da qual aprendemos a reinterpretar a teoria leninista da vanguarda. Compreendemos que, para que os agentes externos se incorporassem em uma vanguarda orgânica, deveriam estabelecer uma relação horizontal com o povo – uma relação verdadeiramente dialógica, sem a presunção de possuir uma “consciência avançada” –, envolver-se nas lutas populares e estar dispostos a modificar as próprias concepções ideológicas mediante uma interação com essas lutas; ademais, tais líderes orgânicos deveriam estar dispostos a prestar contas aos grupos de base de forma genuinamente democrática e participativa.

Não é novidade, claro está, o interesse em uma participação social, política e econômica como elemento da democracia. Já Adam Smith, na sua definição de “equidade”, falava da participação no sentido de “compartilhar o produto do trabalho social”. Esta definição, complementada, depois, pelas ideias de P. J. Proudhon e J. S. Mill e por ensaios escritos por Tolstói e pelo príncipe Kropotkin, nos permite ver as crassas deficiências ideológicas dos teóricos liberais, das burocracias internacionais de luvas profiláticas e dos despóticos homens de Estado contemporâneos, que se atrevem a designar suas mobilizações e políticas repressivas como “participativas”. Mas não podíamos nos contentar com propor somente uma participação equitativa no produto social se o poder original básico para criar este produto, ou seja, exercer a iniciativa, não fosse também compartilhado de forma equitativa. Tudo isso impunha a necessidade lógica de definir a todo o momento o que se queria dizer com o conceito central de participação e com seus elementos concomitantes e em quais contextos.

Por conseguinte, durante este período de autorreflexão, descobrimos a necessidade da transparência em nossas exposições e em nossos atos. Insistimos nela em toda a proposição teórica sobre participação, democracia e pluralismo. Estas teses orientaram nossos trabalhos posteriores. Começamos a compreender que a IAP não era apenas uma metodologia de investigação com a finalidade de desenvolver modelos simétricos, sujeito/

---

17 Parece que está mais de acordo com os fatos empregar esta sigla positiva do que a corrente designação de ONG (Organização Não Governamental), posto que, em geral, os governos e as instituições não são os referentes de tais entidades.

sujeito, e contraopressivos de vida social, econômica e política, mas também uma expressão do ativismo social. Ele tinha implícito um compromisso ideológico para contribuir com a práxis (coletiva) do povo. Obviamente esta terminou sendo, também, a práxis dos próprios ativistas (os pesquisadores da IAP), dado que a vida de uma pessoa é, de maneira formal ou informal, um tipo de práxis. Mas o apoio aos coletivos populares e a sua práxis sistemática chegou a ser, e ainda continua sendo, um objetivo principal da IAP, a tal ponto que nos propusemos criar uma orientação interdisciplinar denominada “praxiologia”, ou seja, “a ciência da práxis”.

Traduzir tais ideias para a prática e vice-versa chegou a ser a tarefa de vários colegas em muitas partes do mundo: o grupo Bhoomi Sena da Índia; os falecidos Andrew Pearse (Inglaterra-Colômbia) e Anton de Schutter (Holanda-México); Gustavo Esteva, Rodolfo Stavenhagen, Lourdes Arizpe, Luis Lopezllera no México; Vandana Shiva, Walter Fernandes, Rajesh Tandon, S.D. Sheth, Dutta Savle na Índia; S. Tilakahatna e P. Wignaraja no Sri Lanka; Yash Tandon em Uganda, Kemal Mustafa na Tanzânia; Marja Liisa Swantz na Finlândia; Guy Le-Boerf na Nicarágua e na França; Ton de Wit, Vera Gianoten no Peru; João Bosco Pinto, João Francisco de Sousa, Carlos Rodrigues Brandão, Hugo Lovisolo no Brasil; Gustavo de Roux, Álvaro Velasco, John Jairo Cárdenas, Ernesto Parra, Augusto Libreros, Guillermo Hoyos, Víctor Negrete, Marco R. Mejía e León Zamosc na Colômbia; Harald Swedner e Anders Rudqvist na Suécia; Xavier Albó e Silvia Rivera na Bolívia; Heinz Moser e Helmut Ornauer na Alemanha e na Áustria; Budd Hall no Canadá; Sithembiso Nyoni no Zimbábue; Mary Racelis nas Filipinas; John Gaventas, Manuel Rozental, D.G. Thompson na América do Norte; Jan de Vries e Thord Erasmie na Holanda; Francisco Vio Grossi e Marcela Gajardo no Chile; Ricardo Cetrulo no Uruguai; Isabel Hernández na Argentina; Paul Oquist, Carlos Nuñez, Raúl Leis, Oscar Lara e Malena de Montis na América Central e muitos outros. Algumas instituições como o Escritório Internacional do Trabalho, o Instituto das Nações Unidas de Investigações para o Desenvolvimento Social, o Conselho Internacional de Educação de Adultos e a Sociedade de Desenvolvimento Internacional fizeram contribuições ao nosso movimento.

Em 1982, houve uma primeira apresentação formal do nosso tema nos círculos acadêmicos durante o décimo Congresso Mundial de Sociologia na Cidade do México. Por consequência disso e da etapa reflexiva anterior, assim como em decorrência do impacto dos processos da vida real, a IAP conseguiu estabelecer, até certo ponto, sua identidade, e avançou mais além das restritas questões comunitárias, camponesas e locais até os mais amplos e complexos problemas urbanos, econômicos e regionais. As esperanças e perspectivas dos movimentos sociais e políticos independentes (raras vezes nos relacionamos com os partidos políticos estabelecidos) resultaram de especial interesse. Tais movimentos esperavam de nós apoio técnico e teórico sistemático.

Os pesquisadores da IAP começaram, então, a empregar o método comparativo e a estender nossa atenção para campos como a medicina, a economia de “pés descalços”, o planejamento, a história, a teologia da libertação, a filosofia, a antropologia e o serviço social, agudizando esta atenção em eventuais debates tangenciais. Houve maior compreensão para ver o conhecimento também como poder; sentimos necessidade de intercambiar informação em oficinas e seminários; descobrimos a necessidade de preparar um novo tipo de ativistas sociais. Ensaíamos uma coordenação internacional em variados lugares (Santiago do Chile, México, Nova Delhi, Colombo, Dar-es-Salaam, Roma) e colocou-se em operação um grupo internacional de iniciativas de base em 1986. Em anos recentes, empreendemos uma acurada clarificação de ideias e procedimentos, inclusive uma discussão epistemológica sobre vínculos e fins.

Este foi, portanto, um período de expansão. A IAP deu mais provas de maturidade intelectual e prática na medida em que iam chegando notícias de trabalhos de campo e se acumulavam publicações em vários idiomas sobre realizações inquestionáveis na recuperação de chácaras rurais (às vezes e por desgraça de forma sangrenta), nos modos de atender a saúde pública combinados com a medicina popular, na educação crítica mais além da conscientização, no controle da tecnologia adotada entre os camponeses, no estímulo da liberação feminina, no apoio à cultura popular e à música de protesto, às atividades construtivas da juventude, às cooperativas de pescadores, às comunidades cristãs de base, etc.

Este trabalho naturalmente apareceu como alternativa tentadora para aquelas organizações da sociedade civil e outras agências que vinham, fazia décadas, realizando “projetos de desenvolvimento” paralelos, especialmente no desenvolvimento comunitário, no cooperativismo, na educação vocacional e adulta e na extensão agrícola, mas sem resultados convincentes. Dessa forma, olhares antes céticos e desdenhosos se voltaram cada vez mais para as experiências da IAP. Incrementaram-se as críticas às ideologias da “modernização” (é o caso de Arturo Escobar), generalizou-se uma maior compreensão e se abriu caminho para movimentos favoráveis a uma possível cooptação por parte do *establishment*, assim como também para uma convergência com colegas que compreendessem nossos postulados a partir de pontos de partida distintos. Na medida em que nosso enfoque foi adquirindo respeitabilidade, muitos funcionários e investigadores começaram a dar a entender que praticavam a IAP, quando, na verdade, faziam coisas diferentes. Isto significou um desafio que nos incitou a especificar ainda mais os conceitos, de forma que não houvesse confusão. Além do mais, queríamos construir defesas contra a cooptação.

É importante ter em mente o fato de que este processo de cooptação está, agora, bem desenvolvido e que também avançou uma convergência teórica e metodológica com a IAP, ainda que, algumas vezes, sem uma completa compreensão da fusão de conceitos e procedimentos (trataremos disso mais adiante). Estes sinais trazem múltiplas consequen-

ências para a IAP, consequências das quais devemos ser muito conscientes. Paremos um pouco de pensar que obtivemos uma justificada vitória sobre os sistemas dominantes de pensamento e de política e reconheçamos que há perigos nisto, fundamentalmente para a sobrevivência dos ideais originais da IAP. Claro que estes sinais nos levam a modificar nossa visão da IAP, ao colocá-la numa perspectiva histórica mais ampla e olhar mais além dos seus atuais contornos.

Esperamos que as últimas contribuições sirvam para examinar construtivamente essas tendências, de forma que possamos avançar rumo ao futuro com o intuito de reforçar nosso propósito original e reavivar nossas primeiras decisões críticas. Não devemos nos arrepender daquela iconoclastia original<sup>18</sup>. Convém, neste momento de desafio, que recordemos a nós mesmos e aos demais que, quando alguém decide viver e trabalhar com a IAP, trata-se de uma decisão ou escolha existencial permanente. Nosso propósito não foi nem é o de fabricar um produto terminado, elaborar um fácil anteprojeto totalmente definido ou propor uma panaceia. Recordemos que a IAP, ao mesmo tempo que coloca ênfase sobre uma rigorosa busca de conhecimentos, é um processo aberto de vida e de trabalho, uma vivência, uma progressiva evolução em direção à transformação total e estrutural da sociedade e da cultura, com objetivos sucessivos e parcialmente coincidentes. É um processo que requer compromisso e uma postura ética, além de persistência em todos os níveis. Enfim, é uma filosofia de vida na mesma medida em que é um método.

Esta escolha ou decisão filosófica, ética e metodológica é uma tarefa permanente. Ademais, precisa ser feita e entendida como algo mais geral. Um pesquisador-ativista comprometido não desejará, nem agora, nem no futuro, ajudar as elites e classes oligárquicas que acumularam poder e conhecimento com um irresponsável espírito de curta visão e egoísmo crasso. Elas mesmas sabem que administraram mal esse conhecimento e esse poder que poderiam ter favorecido a cultura, a sociedade e a natureza. Isto ocorreu porque preferiram inventar e impulsionar estruturas exploratórias e opressivas. Portanto, obviamente, uma tarefa principal da IAP, agora e no futuro, é aumentar não apenas o poder das pessoas comuns e correntes e das classes subordinadas devidamente ilustradas, mas também seu controle sobre o processo de produção do conhecimento, assim como do seu armazenamento e uso. Tudo com a finalidade de romper e/ou transformar o atual monopólio da ciência e da cultura em mãos dos grupos elitistas e opressores.

---

18 É útil recordar as dificuldades iniciais de René Descartes na Universidade de Leiden quando propôs seu método. Tendo-o escrito não em latim, mas em francês como um desafio à rígida tradição acadêmica, teve que abandonar seu posto por ser acusado de anabaptista. O que os vitoriosos cartesianos fizeram depois com esse método é outro assunto, ainda que nos interessa de igual maneira.

## 2 Cooptação e convergências

Hoje é possível visualizar sintomas claros de cooptação na IAP. Por exemplo, muitas universidades (várias na Europa e na América do Norte) oferecem agora seminários e oficinas como substitutos dos cursos tradicionais de “ciência aplicada” nos quais se apresenta, erroneamente a nosso ver, uma separação entre teoria e prática. Vários colegas retornaram à carreira acadêmica, inclusive um dos coautores deste estudo. Os congressos mundiais mais recentes de sociologia, sociologia rural, antropologia, serviço social e americanistas incluíram fóruns sobre a IAP com extraordinária audiência. Muitos governos nomearam investigadores formados na IAP e permitiram certa experimentação interna a respeito. Agências da Organização das Nações Unidas reconheceram, nesta metodologia, uma alternativa viável, ainda que ela desafie suas práticas estabelecidas de “doações”, “entregas de recursos” e “especialistas técnicos”. Muitas instituições democráticas de apoio popular (IDAP, diferentes das usuais ONGs) estão procurando apoiar, através da investigação participativa, modos mais decisivos de ação de grupos com a finalidade de superar o paternalismo que fomenta uma dependência submissa e se constitui em um estorvo para o trabalho de todos. Estas entidades fizeram frente a tal desafio adotando conceitos modulares, tais como “orientação participativa”, ou empregando adjetivos como “integrado” ou “autossuficiente” para descrever o agora denominado “desenvolvimento participativo”.

É claro que nem tudo o que estas organizações chamam de “participativo” é autêntico segundo nossa definição ontológica. Por conseguinte, a filosofia particular da IAP deve ser sempre reafirmada para contrarrestar assimilações tão errôneas. Assim, a opinião de comunidades reais envolvidas na ação, consideradas como “grupos de referência”, deveria ser definitiva para comparar resultados e realizar avaliações de forma independente de critérios estatísticos. E já que a utilização em grande escala da IAP e dos princípios que abrem passagem ao poder popular suscita muitas vezes repressão de parte dos interesses tradicionais e dos governos, esta metodologia pode, também, oferecer razões práticas e ideológicas para organizar a autodefesa das comunidades e a contraviolência através da justiça. Estes são, também, critérios valorativos igualmente válidos. Em situações tão conflitivas, a prudência, as coalizões e o diálogo com as instituições podem dar bons resultados se se atua dentro das suas margens de tolerância, exercendo o implícito “direito à subversão moral”. Os praticantes da IAP podem, desse modo, efetuar uma contraprestação nas instituições estabelecidas e colocar em prática uma cooptação com o polo invertido.

Existem casos de convergência intelectual de diversas escolas de/em direção à IAP e estes também merecem ser mencionados. Entre eles, está a escola de educação crítica que vem desenvolvendo novas teorias, tais como as de Iván Illich e Paulo Freire, muitas vezes

com expressões sociais importantes (por exemplo, Aprendizagem Global, no Canadá). Outro caso de convergência intelectual é o exame das experiências de base empreendido por economistas com a finalidade de “adiantar coletivamente” e, finalmente, podemos mencionar a incorporação de princípios de participação em planificação socioeconômica. Os antropólogos revisaram certos aspectos da vida agrícola e acudiram a uma “antropologia social de apoio” que “assume a perspectiva dos grupos oprimidos em um processo de mudança”. Alguns historiadores reivindicaram as versões populares dos acontecimentos e levaram em conta os “povos sem história”. Os antropólogos estão se aproximando das culturas nativas e locais com um esquema de referência participativo, indo, assim, mais além de Sol Tax, Levi-Strauss e Lewis.

Além do mais, os sociólogos rurais estão reavivando a orientação em direção a problemáticas sociais em sua disciplina e, desta maneira, se aproximando da IAP. Estão sendo revalorizados os aportes de pesquisadores veteranos como T. R. Batten (“procedimento não direcional”), Irwin Sanders (“exploração social”) e Harold Kaufman (“procedimento baseado na ação”). A validade político-econômica é tão importante quanto a validade científica: este é um princípio heterodoxo recomendado agora para aplicar a IAP ao desenvolvimento comunitário. Este avanço qualitativo e participativo na sociologia rural contemporânea resultou útil para o estudo de sistemas agrícolas, das síndromes de pobreza e fome, do controle do ambiente e do manejo da produção agrícola visto como uma “sociologia da agricultura” mais compreensiva, enquanto outros falam de “agricultura alternativa”, “tecnologias alternativas” ou ainda de uma “sociedade alternativa”.

A escola psicossocial de Kurt Lewin, que foi o primeiro a apresentar, nos EUA, o conceito de “pesquisa-ação” na década de 1940, está em transe evolutivo em direção a esta convergência. Sem bem o trabalho de Lewin expressava, em geral, preocupações similares às da IAP atual (teoria/prática; uso social da ciência, da linguagem e da pertinência da informação), seus seguidores, um pouco depois da sua morte, reduziram a ampla transcendência das intuições de Lewin, atando-as a processos em grupos pequenos, como na administração de uma fábrica, e a questões clínicas, como a reabilitação de ex-combatentes. Já em 1970, os implícitos dilemas enfrentados por seus seguidores tinham se tornado evidentes, mas isso não os impediu de formar a atual vertente chamada Desenvolvimento e Organização (DO) para a pesquisa-ação, que se aplicou no trabalho comunitário, nos sistemas organizativos e na mudança das organizações. Nos primeiros anos da década de 1980, foram feitos esforços para usar o que se pretendeu considerar como um método de “pesquisa-ação participativa”, e foi assim designado por alguns. Não obstante, há muito pouco tempo, fomos informados de que o DO é unidimensional, que não chega a promover nenhum conhecimento significativo da sociedade e que reforça e aperfeiçoa o *status quo* convencional.

Os novos críticos do Desenvolvimento e Organização aconselham duas maneiras de evitar esses fracassos: 1) desenvolver uma “metateoria sociorracionalista” que inclua valores éticos e uma “visão do bem”; 2) praticar um “modo de indagação valorativa” como “maneira de conviver com as diversas formas de organização social que necessitamos estudar e também de participar diretamente nelas”. É fácil perceber que a escola de Desenvolvimento-Organização, acaso como resultado de uma comunicação intelectual osmótica, aproximou-se da IAP, a qual é designada, naqueles espaços, com o novo mote de “indagação valorativa”, ao passo que a praxiologia é rebatizada de “sociorracionalismo”. Talvez fosse mais fácil para eles esclarecer suas posturas teóricas se as contribuições da IAP feitas no Terceiro Mundo e em outros lugares fossem levadas seriamente em conta pelos membros do DO e também pelos sociólogos rurais, de modo que os paradigmas buscados por eles pudessem, finalmente, ser construídos.

No que diz respeito a nós, os da IAP, se bem às vezes tivemos a tentação de acreditar que tínhamos estado desenvolvendo um paradigma alternativo nas ciências sociais, nossa atitude, agora, é mais cautelosa. Sim, aplicamos literalmente os princípios de Thomas Kuhn. Não queríamos nos converter em anunciadores autodesignados do novo conhecimento para dirimir sobre quais elementos são científicos e quais não. Fazer o mesmo jogo dos colegas no rotineiro âmbito universitário, o jogo de superioridade intelectual e controle técnico do qual nós desconfiamos, seria uma vitória pírrica para nós. Talvez, de acordo com o que foi explicado antes e em sintonia com Foucault, devêssemos nos concentrar em sistematizações conceituais sucessivas mais modestas de “conhecimentos subjogados” como uma tarefa perpétua, o que parece mais estimulante e mais criador.

### **3 O significado atual da IAP**

A pesquisa-ação participativa é necessária atualmente em nossas sociedades como o era, a nosso ver, vinte anos atrás? Dentro das limitações de todo o processo natural e dos movimentos sociais que passam pelo ciclo normal de nascimento, maturidade e morte, a resposta é sim, sempre que se compreenda que a IAP é um meio para chegar a formas mais satisfatórias de sociedade e de ação empreendidas para transformar as realidades com que começamos o ciclo. Mas devemos olhar mais além da IAP, porque a atual etapa de cooptação e convergência tem, necessariamente, que nos levar, como se fosse por uma ponte, a outra coisa distinta, algo que, sendo qualitativamente diferente, resulte, ainda, útil e significativo para a realização dos propósitos da IAP. Esse algo nós ainda não sabemos o que será. Talvez uma IAP homeopoiética e enriquecida. Para sabê-lo, temos que estimular o desenvolvimento da crisálida, que sair do atual casulo.

Uma vez aceita esta condição evolutiva, pode-se dizer que, a favor de uma utilização continuada da IAP, existem mais argumentos hoje do que havia em 1970. Como uma vez escreveu Walter Benjamin: subsiste o desejo de que neste planeta, algum dia, experimentemos uma civilização que tenha abandonado o sangue e o terror. Acreditamos que a pesquisa-ação participativa, como procedimento heurístico de investigação e como modo altruísta de viver, pode alentar e continuar esse desejo.

É evidente que, no geral, o mundo ainda atravessa a mesma era de confusão e conflito na qual nasceu a IAP. Vários países caracterizados pela opressão classista mantêm condições nas quais grandes setores da população seguem privados dos bens da produção, de maneira que o povo foi convertido num sujeito dependente. Isto ocasiona sofrimentos materiais, semeia a indignidade humana, produz perda de poder para afirmar o modo próprio de pensar e sentir dos povos; em outras palavras, causa uma grave perda de autodeterminação. Produz-se, com efeito, uma degeneração da democracia política, a qual, quando muito, fica reduzida a votações periódicas para escolher alguns indivíduos que mandem sobre os demais dentre aqueles que sempre foram privilegiados, perpetuando, dessa forma, oposições classistas. Isto é o que ocorre na maioria dos países denominados “democráticos” e “desenvolvidos”.

Durante muito tempo, pensou-se que uma solução para esta situação seria provocar uma revolução macrossocial encabeçada por um partido vanguardista de ativistas educados da classe média, comprometidos com transformações radicais. Supunha-se que, desta maneira, se redistribuiriam os bens de uma forma mais equitativa, seria dada a devida liberdade à energia criadora do povo e se instauraria uma democracia genuína de tipo socialista na qual os produtores diretos determinassem seu próprio destino e o de toda a sociedade.

Hoje em dia, sabemos que algumas revoluções desta índole produziram graves distorções. A distribuição dos bens certamente melhorou em alguns casos, mas as novas elites se apoderaram das estruturas supremas da sociedade e a governam sem se sentir responsáveis nem obrigadas a prestar contas ao povo. Estas novas elites faltaram com a obrigação de efetuar um melhoramento sustentado da vida material e cultural dos povos. Em vez disso, o poder do estado cresceu de forma fenomenal, contra a própria visão de Marx, que previu “o enfraquecimento do Estado” e, ademais, propôs avançar iniciativas populares conducentes a este fim. Por sorte, a crise das esquerdas produziu reações positivas, como o Solidariedade na Polônia, reconsiderações no Vietnã e a glasnost na União Soviética. Esta saudável tendência, se for contínua, poderá ser um dos poucos pontos luminosos na situação contemporânea que, de resto, continua sendo perigosa e desumana.

Não obstante, em sociedades de categoria distinta – por exemplo, vários países africanos ao Sul do Saara – a distinção de classe em microníveis e a opressão classista não são significativas; mas as estruturas diretivas da sociedade permanecem nas mãos

de outras elites, que assumiram a tarefa de promover o desenvolvimento a nível popular. Isto teve por resultado o aumento do poder do Estado e o domínio da burocracia sobre o povo, uma burocracia em geral corrompida e incapaz de gerar um verdadeiro progresso para a sociedade.

A IAP nos permitiu, até agora, estudar esta trágica situação e operar sobre ela, reconhecendo a incidência das relações que se formam entre os conhecimentos diversos. Isto supera o ritual das análises que são feitas rotineiramente sobre a produção material e nos ajuda a justificar a persistência cíclica do nosso enfoque. Como recordamos mais acima, podemos compreender que, ambicionando dominar o povo e fazê-lo dependente e submisso na espera da liderança e da iniciativa (seja para o chamado “desenvolvimento”, seja para a mudança social), a arma decisiva nas mãos das elites foi a suposta autoridade dos conhecimentos formais em detrimento dos conhecimentos populares. O formal foi propriedade exclusiva dessas elites. Grupos que se arrogaram a postura de vanguarda se serviram desses conhecimentos formais como meio de fazer valer suas credenciais como condutores do povo rumo a mobilizações revolucionárias e também para as reconstruções pós-revolucionárias. De igual modo, em outras sociedades, líderes munidos das suas próprias credenciais educativas (e acompanhados de um conjunto de profissionais às suas ordens) tiveram a mesma presunção.

Portanto, as relações desiguais de produção do conhecimento vêm a ser um fator crítico que perpetua a dominação de uma elite ou classe sobre os povos. Essas relações desiguais produzirão novas formas de dominação se as antigas não forem eliminadas com cuidado e previdência. Acreditamos e afirmamos que a IAP pode seguir sendo, durante um bom tempo, um movimento mundial dirigido e destinado a mudar esta situação, a estimular o conhecimento popular, entendido como sabedoria e conhecimentos próprios, ou como algo que pode ser adquirido pela autoinvestigação do povo. Tudo isto com a finalidade de que sirva como base principal de uma ação popular para a mudança social e para o progresso genuíno no secular empenho de realizar a igualdade e a democracia.

Esperamos que, como parte desse empenho, a IAP se projete “mais além do desenvolvimento” e mais além de si mesma em direção a uma reorientação humanística da tecnologia cartesiana e da racionalidade instrumental. Tratamos de fazê-lo dando mais importância para a escala humana e para o qualitativo e desmitificando a pesquisa e sua gíria técnica. Além do mais, trabalhamos para que a sabedoria popular e o senso comum se enriqueçam e sejam defendidos para o necessário progresso das classes trabalhadoras e exploradas, dentro de um tipo de sociedade mais justa, mais produtiva e mais democrática. Nosso empenho foi tentar combinar esses dois tipos de conhecimento com vistas à invenção ou adoção de técnicas apropriadas, sem destruir raízes culturais particulares.

Esta é a tarefa essencial que tange a nós e a muitos mais, uma tarefa na qual o melhor e mais construtivo conhecimento acadêmico possa ser fundido com uma congruente e pertinente ciência popular e tradicional. Os ativistas da IAP vieram construindo entre as duas tradições “pontes para o reencantamento”. Parece importante perseverar nesta tarefa, a fim de produzir uma ciência que, realmente, libere um conhecimento para a vida.

Por outro lado, fica o assunto da índole problemática do poder estatal de hoje em dia com suas inclinações e expressões violentas. Acostumamo-nos a ver o Estado-nação centralizado como algo dado ou natural, como um fetiche. Na verdade, gastou-se muita energia para construir tais máquinas e estruturas de poder durante várias gerações, desde o século XVI, com os resultados nada satisfatórios que já foram expostos. Hoje, os praticantes da nossa metodologia, assim como pessoas de muitas outras vertentes, estão se dando conta da necessidade de enfrentar esse violento poder estatal e dar outra oportunidade para a sociedade civil, a oportunidade de recarregar suas baterias e de articular e colocar em ação sua difusa potência. Este é o poder do povo. Trata-se de um esforço que se estende de baixo para cima e das periferias aos centros, um empenho em deixar de alimentar de maneira incondicional o poder derivativo do Príncipe. Daí a tendência atual à autonomia, à independência, à descentralização, ao movimento insurgente das regiões e províncias, assim como à reorganização de obsoletas estruturas nacionais empreendida por muitos grupos de base e por recentes movimentos culturais, étnicos, sociais e políticos.

Grande parte do nosso mundo contemporâneo (especialmente no Ocidente) construiu-se sobre a base do ódio, da cobiça, da intolerância, dos patriotismos, dogmatismos, autismos e conflitos. A filosofia da IAP estimula o dialeticamente oposto a essas atitudes. Se o binômio sujeito/objeto precisa ser resolvido com uma dialógica horizontal, conforme exige a investigação participativa, este processo terá que afirmar a importância do “outro” e converter em heterólogos a todos nós. Respeitar diferenças, escutar vozes distintas, reconhecer o direito de nossos próximos a viver e deixar viver ou, como diria Mikail Bakhtin, senti-lo como “exotópico”: tudo isso bem pode chegar a ser um traço estratégico de nossa época. Quando nos descobrimos nas outras pessoas, afirmamos nossa própria personalidade e nossa própria cultura e nos harmonizamos com um cosmo vivificado.

Parece que estes ideais pluralistas, destrutores/construtores, ao estilo yin e yang, estão relacionados com profundos sentimentos das massas populares em prol da segurança e da paz com justiça, em defesa das múltiplas e valorizadas maneiras de viver e a favor de uma resistência global contra a homogeneização. Nutrem-se com um regresso à natureza em sua diversidade e se fortalecem como uma reação de sobrevivência diante das formas e atos de dominação (quase sempre de matiz machista) que mantêm este mundo semidestruído, culturalmente menos rico e ameaçado por forças mortíferas.

Se a pesquisa-ação participativa facilita esta tarefa, de maneira a ganharmos uma liberdade sem fúrias e conseguirmos uma ilustração com transparência, é possível justificar a permanência plena dos seus postulados. Sua função será produzir um vínculo, na prática e na teoria, com as subsequentes etapas evolutivas da humanidade. Aquele velho compromisso com a vida continua latente.

Genebra (Suíça) e Bogotá (Colômbia), agosto de 1988.